



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

AS AMBIGÜIDADES DO TRABALHO NA ÁFRICA ORIENTAL ALEMÃ (1885-1914)

*Sílvia Marcus de Souza Correa**

Introdução

Em 13 de maio de 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Em 20 de junho, o Papa Leão XIII assinou sua encíclica *Libertas praestantissimum* sobre a liberdade humana.ⁱ Meses depois, a resistência de traficantes de escravos na África oriental se desdobrou em levantes. As revoltas criaram sérios obstáculos às atividades comerciais e administrativas da Sociedade da África Oriental Alemã, *Deutsche Ost-Afrika Gesellschaft* (DOAG).ⁱⁱ Ainda no final daquele ano, o cardeal francês Lavignier debutou em Roma sua campanha contra a escravidão na África oriental, onde o “comércio árabe” de escravos parecia não esmaecer diante da presença européia.

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); silviocorrea@cfh.ufsc.br

Com as preocupações do Vaticano e de Londres, o chanceler Bismarck logrou obter o apoio do *Zentrumspartei*, o partido católico alemão, e do governo britânico para o colonialismo alemão na África.ⁱⁱⁱ Em discurso no Parlamento, Bismarck convenceu os deputados de que a ingerência alemã na África oriental não era um simples apoio a DOAG, mas um dever moral em prol da civilização. Em 30 de janeiro de 1889, o parlamento alemão concedeu os créditos solicitados para a expedição do major Hermann von Wißmann.^{iv} O sucesso dessa expedição foi noticiado pela imprensa alemã. Inclusive, o enviado especial do jornal de Colônia, o jornalista Hugo Zöller, acompanhou as operações militares em Bagamoyo e Dar-es-Salaam.^v

Após o pandemônio causado nos primeiros anos de colonização alemã sob a gerência da DOAG (1885-1889), o governo imperial resolveu intervir e assumir a administração colonial da África Oriental Alemã (AOA). O comissário imperial Hermann von Wißmann foi exaltado pela imprensa como o libertador da África oriental do jugo dos traficantes de escravos.^{vi} Todavia, a presença alemã não significou o fim da escravidão na África oriental.

Mesmo depois de assumir a administração colonial da AOA, o II Reich não aboliu a escravidão em sua colônia. Embora tenham reprimido o tráfico interno de escravos, regulamentado a compra de escravos, emancipado milhares, decretado uma lei do ventre livre, definido os “direitos” do ser escravo e previsto a abolição para 1920, as autoridades coloniais vacilaram quanto à adoção de um conjunto de políticas para indenização dos senhores, transição para o trabalho livre, assistência social ao liberto, etc.

Como Frederick Cooper demonstrou para os casos do colonialismo inglês e francês na África, Jan-George Deutsch, John Illife e Jutta Dürckendorf mostraram como as autoridades coloniais alemãs se valeram igualmente do trabalho compulsório, apesar do discurso antiescravista ter legitimado, inclusive, a própria ação colonizadora.^{vii} A partir de uma revisão historiográfica e tendo por fonte principal o livro *Die Haussklaverei in Ostafrika* (1915), do Dr. Fritz Weidner, o presente artigo trata das ambigüidades do trabalho durante o colonialismo alemão na África oriental.

1. As formas de trabalho sob colonialismo alemão

No livro *Alemanha e suas colônias*, a diversidade do império alemão durante o II Reich foi retratada com zelo ufanista.^{viii} Nesta obra com mais de 500 páginas e mil ilustrações perpassam uma ideologia e uma euforia ligada ao desenvolvimento econômico e técnico-científico alemão das últimas décadas do século XIX. As colônias ultramarinas foram tratadas num único capítulo desta apologia do imperialismo alemão. Eram elas: Togo, Camarões, a África Alemã do Sudoeste (atual Namíbia), a África Alemã Oriental (atual Tanzânia), três territórios que pertencem atualmente à Nova Guiné (Kaiser-Wilhelmsland, o Arquipélago de Bismarck, e as Ilhas Salomão), e vários territórios no Pacífico: as Ilhas Marshall, Ilhas Caroline e Palau (atualmente Estados Federados da Micronésia), as Marianas Alemãs (hoje pertencentes aos Estados Unidos), e Samoa. Havia ainda a "China Alemã", ou seja, uma concessão colonial na Península de Xandong.

Neste vasto império, as formas de trabalho eram variadas, sendo que muitas delas obedeciam a uma divisão sexual do trabalho, à ecologia das relações produtivas e aos interditos culturais e à organização interna das comunidades tradicionais. Sob o domínio colonial, algumas novidades nas relações de trabalho foram introduzidas em diferentes territórios da África, da Ásia e da Oceania. Houve também ajustes e adaptações pela administração colonial no que tange ao regime de trabalho em vigor nas colônias ultramarinas. A seguir as ambigüidades do trabalho na África oriental serão tratadas, sem olvidar a complexidade das relações de trabalho e a circulação de experiências no vasto Império alemão, bem como a influência da experiência britânica nos seus protetorados da África oriental, inclusive Zanzibar, e na sua colônia na África austral.^{ix}

2. As ambigüidades do trabalho na África sob domínio colonial alemão

Ambigüidade é aquilo que desperta dúvida, incerteza; aquilo que é vago, obscuro, indefinido ou que admite interpretações diversas e até contrárias. Nos Campos de Concentração de Auschwitz, Dachau e outros havia a expressão *Arbeit macht frei* (o trabalho torna livre). Mas o trabalho forçado de prisioneiros não foi inovação do regime nazista do III Reich. Durante o II Reich, houve em partes da “África alemã” o emprego de trabalho forçado de prisioneiros e mesmo trabalho escravo, além de deportação e campos de concentração.^x

O trabalho enquanto via de emancipação ou liberdade foi uma das maiores ambigüidades do colonialismo alemão na África. Mas não foi a única. O sentido abstrato da categoria europeia de “trabalho” sofreu uma refração em meio africano. Na prática, o trabalho teve também efeitos nefastos para os africanos. Para muitos deles, “o trabalho dos brancos levava à morte” [dos negros]. Aliás, a violência e a brutalidade do colonialismo alemão na África já foram tratadas na historiografia.^{xi}

No que tange ao trabalho, as colônias alemãs apresentavam ambigüidades equivalentes às daquelas das colônias britânicas ou francesas. Em todas elas, os colonizadores tentaram impor o modelo de sociedade do trabalho. Para isso, eles instituíram um sistema tributário e coercitivo para impelir os africanos a trabalhar sob e para o colonialismo. Cabe lembrar que a idéia da tributação colonial respondia em parte a constatação dos colonizadores de que os salários (quando era o caso) não eram suficientes para estimular os trabalhadores. A baixa produtividade, a falta e a evasão ou a inadimplência dos trabalhadores eram, geralmente, motivos de penalidades, inclusive castigos físicos.

A taxação visava sobremaneira os confins dos territórios sob domínio colonial, ou seja, onde o controle direto dos trabalhadores pelos colonizadores era difícil ou impossível. Assim, em várias regiões, sobretudo aquelas afastadas do litoral, foi adotada a taxação sobre as comunidades aldeãs, o que resultou em muitas revoltas. Chefes tribais foram destituídos pelos colonizadores por não recolherem os tributos devidamente.^{xii}

Além do sistema tributário, no qual se enquadrava a obrigatoriedade de certos trabalhos públicos hebdomadários ou mensais, houve a introdução de uma economia monetária. Mas as trocas comerciais e as remunerações na África colonial nunca foram exclusivamente intermediadas pelo dinheiro. Persistiram, e em muitos casos predominaram, as trocas tradicionais de mercadorias, das quais, inclusive, participavam europeus desde muito tempo. Aliás, muitos africanos preferiam receber rifles que notas de papel, assim como os europeus preferiam marfim que rúpias ou zimbos.

Escusado lembrar que havia em algumas culturas africanas resistência à idéia do dinheiro como um valor para comprar e vender, como unidade monetária, para remuneração do trabalho ou como indicador de riqueza. Da mesma forma, havia mal-entendidos de ordem cultural no que tange aos sentidos múltiplos que os europeus emprestavam à palavra trabalho. Ainda mais quando os europeus tanto valorizavam o trabalho em seus discursos, mas quem o executava eram os nativos.

Em geral, as novas formas de trabalho na África colonial redundaram na exploração dos africanos. Para o colonizador, o trabalho [do colonizado] tinha um caráter transformador porque faria do trabalhador alguém industrioso e autônomo, enfim, civilizado. O trabalho dos nativos era visto como contrapartida diante da missão civilizatória desempenhada pelos colonizadores. Foi nesse sentido que Frantz Fanon apontou a crise existencial provocada pelo colonialismo, pois houve uma negação da alteridade. Na ótica do colonizador, o outro (o colonizado) deveria se tornar civilizado, igual ao colonizador. Para isso, era necessário reinventar o africano em suas técnicas, sua cultura, sua língua, sua religião, em seu modo de trabalhar, etc. Politeísmo, poligamia, economia de subsistência e outras características das comunidades africanas foram alvo da ação missionária e colonial de orientação eurocêntrica.

Mas não bastava apenas vestir o colonizado com roupas ocidentais, obrigá-lo a falar a língua do colonizador e adotar sua religião. Forçoso era fazê-lo trabalhar para o colonizador branco. O trabalho era visto como propedêutico para as finalidades civilizatórias do colonialismo. Ao mesmo tempo, a conotação do trabalho era ambígua porque o trabalhador não era visto como alguém produtor de riquezas, pois era a ingerência do colonizador que emprestava um caráter transformador ao trabalho. Sem ela, não haveria – segundo o discurso colonialista – o labor dos africanos de forma disciplinada e, por conseguinte, produtiva. O primeiro governador da África Oriental Alemã, Major von Wißmann afirmou que sem a “influência positiva” do Branco, o Negro retornaria rapidamente ao seu antigo estado arrastado e de despreocupação.^{xiii} Predominava a idéia na Europa, mesmo em círculos abolicionistas, de que os negros precisariam da supervisão rigorosa de um estado civilizado antes que pudessem embarcar no “curso natural” da racionalidade do mercado.^{xiv} Isso legitimou ainda mais o colonialismo. Nota-se que o colonizador branco é quem parecia ser o protagonista do progresso e não o trabalhador africano. Era como se

o seu olhar tivesse um poder demiurgo que fazia o trabalho alheio tornar-se produtivo. Porém, mais do que seu olhar, era sua violência que movia os trabalhadores.

Uma das principais características do trabalho na África sob domínio colonial era sua alienação. Além do impacto sobre a identidade dos indivíduos, havia uma série de transformações na própria organização comunitária, sendo que muitas aldeias desapareceram devido à migração impelida de seus habitantes ou aos tributos que desmantelavam a economia aldeã, etc. Escusado lembrar que, sob o colonialismo, os africanos não trabalhavam para eles, mas, em geral, para empregadores brancos. Não raro as fontes iconográficas mostram os africanos trabalhando sob a supervisão do olhar branco e mesmo sob a coação do *Peitsche*, o chicote de couro de hipopótamo. Aliás, Carl Peters, comissário imperial (1885-1888) e primeiro diretor da DOAG (1885-1889), era da opinião que as correntes e o chicote solucionavam a questão do trabalho na África colonial.^{xv}

Da África colonial são várias as imagens de trabalhadores maltrapilhos, traquejados, às vezes doentes ou mal-nutridos, diante de supervisores bem vestidos e com uniformes asseados. Os africanos provavam das maiores humilhações ao trabalhar para os brancos. Castigos, ração alimentar sem qualidade e quantidade suficientes, precárias condições de trabalho, alta insalubridade e ainda descontos no pagamento (quando havia) por duvidosas infrações das normas do contrato de trabalho eram frequentes.^{xvi} As plantações eram um dos piores locais de trabalho para os africanos e o recrutamento forçado de trabalhadores foi comum nas colônias alemãs.^{xvii} Disso resultou inúmeras revoltas e fugas das *plantations*. Na colônia alemã dos Camarões ocorreram as primeiras revoltas.^{xviii} No entanto, as maiores rebeliões e mesmo guerras ocorreram nas colônias alemãs tanto no Sudoeste africano quanto na África oriental.^{xix}

Em muitos casos, a relação de trabalho dos empregados africanos com os empregadores europeus redundou em escravidão disfarçada. O sentido etimológico da palavra trabalho (em latim) ressurgia então na África colonial. Além do trabalho, havia ainda a disciplina do trabalho. A disciplinarização do trabalho foi uma dupla novidade. Isso porque os africanos não conheciam aquelas formas de trabalho e tampouco com aquela disciplina. A propósito, a palavra disciplina

readquiriu também na África colonial o seu sentido original.^{xx} Afinal, o chicote (*Peitsche*) era literalmente o instrumento disciplinar na África Oriental Alemã.

Nas áreas de colonização alemã na África (1884-1914), houve uma panóplia de formas de trabalho: trabalhadores jornaleiros, sazonais, migrantes, prisioneiros, escravizados, livres, remunerados ou não etc. Além dos contratos de trabalho, havia uma série de trabalhos públicos impostos às comunidades aldeãs como uma corvêia. Sob o colonialismo, desenvolveu-se um complexo controle das populações por meio do trabalho. Os nativos foram enquadrados em todos os espaços produtivos das colônias, desde os trabalhos domésticos até nas fazendas e na mineração.

Os colonizadores e missionários alemães não concebiam progresso descolado de sua noção cultural de trabalho. Assim, uma série de serviços foi realizada por nativos, mas cuja condição de aprendizes não lhes reservava direito à remuneração. Em vários núcleos missionários, os trabalhos de agricultor, marceneiro e outros ofícios eram ensinados como forma de incutir os valores da civilização ocidental.^{xxi} Muitas dessas atividades eram produtivas, mas não havia remuneração condizente ao trabalho realizado.

A organização e as relações de trabalho nas colônias suscitaram críticas na Alemanha desde 1885. Houve acusações na imprensa alemã contra o trabalho escravo. Também no Parlamento alemão, deputados como Eugen Richter e August Bebel acusaram a escravidão quando criticaram a perversão das relações coloniais por fomentar, inclusive, uma escravidão por dívidas. A introdução de bebidas alcoólicas e a prostituição nas colônias também foram alvos das críticas dos social-democratas alemães. Mas o lobby dos produtores e comerciantes alemães de bebidas espirituosas era forte junto aos parlamentares. Eugen Richter e outros deputados não conseguiram aprovação da lei proibindo o comércio de bebidas alcoólicas nas colônias. Desde a Conferência de Berlim (1884/85), a tentativa de interdição da venda de bebidas alcoólicas não emplacava. A regulamentação do comércio de bebidas foi atribuída aos governantes locais.^{xxii}

Nas colônias africanas, além da força de trabalho dos nativos, houve também a tentativa de introduzir a mão-de-obra livre de imigrantes alemães. Porém, a vaga imigratória ficou aquém do

esperado, malgrado os esforços das sociedades colonizadoras e demais associações ou companhias comerciais engajadas no projeto colonial do II Reich. Além disso, a distribuição dos imigrantes foi desigual nas colônias alemãs. A África do Sudoeste Alemã recebeu mais colonos que as demais colônias africanas sob domínio alemão.^{xxiii}

Nas colônias alemãs na África, os imigrantes alemães se tornavam grande proprietários rurais. Embora em número reduzido, eles reinventaram uma tradição fundiária. Como grandes proprietários rurais, eles adotaram mais um *ethos* feudal do que aquele dos camponeses alemães. Em suas fazendas, além do trabalho livre em regime familiar, eles contavam com o trabalho dos nativos. Reproduziu-se uma relação de trabalho dentro de um esquema feudal de senhor/servo.^{xxiv} Havia ainda aqueles que eram contratados diretamente pela administração colonial. A forma de pagamento desse trabalho era variada. Em geral, os trabalhadores eram mal-remunerados. Não raro, os trabalhadores se endividavam ou não lhes restava nenhuma alternativa às penalidades prescritas nos contratos de trabalho que pagar suas dívidas ou penas com seu próprio trabalho.

Durante e após a guerra colonial (1904-1907) no sudoeste africano, o trabalho forçado de prisioneiros de guerra, homens e mulheres, foi praticado em larga escala, sobretudo na reconstrução da malha ferroviária, da infra-estrutura dos núcleos urbanos e nas minas. Karl Wilhelm Schincke, médico alemão da *Schutztruppe*, apontou em suas cartas que os “hereros presos, tanto mulheres quanto homens, têm que trabalhar duro. Nota-se que neles as misérias da guerra deixaram marcas profundas.” Em Okahandja, observou ainda que “em todas as estações havia presos de guerra em maior ou menor número, que são aproveitados (também as mulheres) para trabalhar como carregadores de carvão e na conservação da ferrovia, entre outros”.^{xxv}

Na África Oriental Alemã (AOA) houve também várias revoltas. Algumas delas foram lideradas por traficantes de escravos, outras pelos chefes tribais. Além de sustar a reprodução da escravidão dos enclaves árabes ou da economia dos povos swahili, a presença alemã na África oriental representou uma ameaça à reprodução social de muitas comunidades aldeãs por uma série de fatores. Entre eles, destacam-se a apropriação de extensos territórios e seus recursos naturais, a subordinação por meio de impostos de comunidades locais e o recrutamento de suas populações para o trabalho. Os alemães “drenavam” a mão-de-obra local ou mesmo impeliavam a migração de

trabalhadores para as suas plantações ou demais atividades econômicas. Um aparato militar de soldados negros (*askari*) foi amplamente desenvolvido na África oriental sob domínio alemão. Muitos *askari* tinham sido escravos. Eles teriam supina importância na repressão dos levantes e no controle policial das comunidades aldeãs.

Como o número de colonos alemães era pequeno na África oriental, a administração colonial, as missões e a DOAG e congêneres foram as principais agenciadoras da mão-de-obra nativa. Na África oriental foi onde predominou com mais veemência a escravidão durante o colonialismo alemão. Dessa experiência, far-se-á a seguir uma análise das ambigüidades do trabalho.

3. As ambigüidades do trabalho sob coação na AOA

Apesar do sucesso de sua ação repressiva contra o tráfico de escravos, o regime colonial alemão se valeu do trabalho compulsório na África oriental. As autoridades coloniais preteriram os princípios morais a favor dos interesses econômicos.^{xxvi} As dificuldades de atrair capital para a AOA eram enormes.^{xxvii} Por conseguinte, a monetarização da economia era muito relativa e a remuneração em dinheiro dos trabalhadores irrisória. Havia ainda outros fatores que inibiam o desenvolvimento das forças produtivas. A crise ecológica a partir do final do século XIX atingiu várias comunidades. Pragas comprometeram lavoura e pecuária e, por conseguinte, houve escassez de alimentos, fome e doenças atingiram aldeias inteiras. Também o aumento do ataque dos leões fazia parte desta crise ecológica.^{xxviii} Além das pragas e dos ataques dos grandes felinos, outras questões como as doenças tropicais eram associadas às dificuldades em aumentar a produtividade do trabalho na África oriental sob domínio colonial alemão. Em 1913, estimava-se que 1/3 do território da AOA estava infestado pela mosca tsé-tsé.^{xxix}

Na ótica do colonizador as doenças como a tripanossomíase eram responsáveis, em parte, pela propalada letargia dos trabalhadores africanos. Mas havia também, segundo o discurso colonial, uma incapacidade do negro em trabalhar com disciplina. Por isso também, o trabalho sob coação foi tão amplamente empregado sob domínio colonial, inclusive o trabalho escravo.

Desde 1890, a política colonial não-abolicionista foi criticada no Parlamento alemão. Mas o governo imperial em Berlim e, sobretudo, as autoridades coloniais em Dar-es-Salaam

mantiveram uma política colonial complacente com a escravidão até 1914. Apenas paliativos foram propostos como uma lei do ventre livre (1904), que passaria a vigorar a partir de 31 de dezembro de 1905.^{xxx} Cabe lembrar que desde 1891 havia proposta de reconhecer como livres as crianças nascidas nas colônias alemãs.^{xxxi} No entanto, na África Oriental Alemã fez-se a emancipação sem abolição.^{xxxii} Apesar das possibilidades legais de emancipar escravos, a abolição foi postergada na AOA.

Uma das principais aliciadoras do trabalho compulsório foi a DOAG que se tornou uma grande latifundiária na África Oriental Alemã. Mas a maior latifundiária era a missão alemã que tinha mais de 50 estabelecimentos na colônia.^{xxxiii} As plantações de café da DOAG foram desenvolvidas com trabalho livre e compulsório. Os cultivos de algodão e sisal também contaram com trabalhos forçados. Cabe lembrar que havia muita dificuldade em aliciar trabalhadores para as plantações.^{xxxiv} Houve mesmo a tentativa de importar *coolies* da China e da Indonésia.^{xxxv} O deslocamento impelido de trabalhadores foi uma alternativa para o modelo agro-exportador desenvolvido na AOA. Mas não foi o único. O trabalho escravo também foi uma alternativa.

A distribuição espacial dos trabalhadores variou de distrito para distrito da colônia alemã, bem como as formas de trabalho e o valor de sua remuneração. Nem todos os distritos contaram com o elemento servil. Outras tinham grande concentração de escravos.^{xxxvi} Na região de Tabora, 67% da população era escrava, em torno de 50% em Lindi, 40 a 50% em Kilwa. Diminuía sua importância econômica no interior e quase insignificante era sua presença nas terras altas.^{xxxvii}

4. A escravidão na África Oriental Alemã

Por seu tamanho, por seus recursos, por sua demografia, por sua posição geográfica, entre outros fatores, a AOA foi considerada a principal colônia alemã.^{xxxviii} E foi nela que a escravidão perdurou durante quase trinta anos de domínio alemão. Ao combater o tráfico de escravos, as autoridades coloniais se depararam com uma reserva de escravos na colônia que, aliás, carecia de mão-de-obra, principalmente em suas unidades agrícolas de exportação (café, sisal, cacau, borracha etc.).

Entre as autoridades coloniais e os empregadores alemães houve resistência à abolição dos escravos. Dr. Fritz Weidner foi uma dessas autoridades. Ele tratou da questão em seu livro sobre a escravidão doméstica na África oriental. Sob os auspícios do bureau colonial do Império (*Reichskolonialamt*), a obra foi publicada em 1915. Cabe lembrar que já havia sido protocolado um memorial junto ao Parlamento alemão sobre o mesmo tema.^{xxxix}

Neste livro, o autor fez um estudo apurado sobre a história da escravidão na África oriental, bem como uma síntese atilada do problema que tal instituição representava para o desenvolvimento econômico e social dos três protetorados britânicos e um alemão na África oriental. Para Weidner, o problema da escravidão na AOA não poderia ser analisado de forma isolada. Por isso, seu estudo é comparativo. Historicamente, compara a escravidão naquelas paragens a partir dos costumes dos povos, inclusive daqueles muçulmanos, bem como sob a legislação colonial dos domínios britânico ou alemão. Apoiado em copiosa literatura e documentos e na sua experiência de dois anos como funcionário na administração colonial da AOA, Weidner defende a emancipação dos escravos, mas não compartilha da idéia de uma abolição imediata. Sua posição era favorável à abolição em 1920 conforme previa uma resolução do *Reichstag* do início do ano de 1914.

A *Escravidão doméstica na África oriental* (1915) é um exemplo daquilo que pode se chamar de suporte ideológico da manutenção temporária do trabalho escravo num regime colonial cuja legitimação se encontrava justamente na campanha antiescravista, entre outras justificativas. Apesar do esforço do seu autor em tratar histórica- e politicamente a escravidão na África oriental, sua visão destorce a realidade em prol do colonialismo.

Weidner chamou a atenção para a condição legal do escravo enquanto uma pessoa de direitos (*Rechtspersönlichkeit*), pois o escravo era protegido legalmente contra mau tratamento e exploração. Nesses dois casos ou mesmo de comprovação de escravização irregular, o escravo poderia ser liberto.^{xl} No entanto, o autor reconheceu que havia uma contradição no que tange ao direito do próprio escravo em comprar sua liberdade, sobretudo durante os primeiros anos da AOA (1891-1894) que ele próprio alcunhou como um tempo de obscuridade (*Zeit der Unklarheit*) no que tange à política colonial sobre a questão da escravidão.^{xli}

O decreto colonial de 1.º de setembro de 1891 tratava da compra e venda de escravos, mas não deixava claro se o próprio escravo poderia comprar sua liberdade. Numa segunda fase (1895-1901), houve uma pressão maior na própria Alemanha para definir as regras do trabalho escravo na A. A. O. Uma resolução da Associação Evangélica da África (*Evangelische Afrikaverein*), de 18 de janeiro de 1895, foi a base de uma petição ao *Reichstag* e discutida em sessão parlamentar de 22 de maio daquele ano.^{xlii}

Um novo decreto imperial sobre a escravidão foi lavrado em 29 de novembro de 1901, no qual, entre outras questões, foi definido que nenhuma família de escravos poderia ser separada por compra ou venda sem o acordo das partes envolvidas (§ 5). Cabe lembrar que, desde 1886, era proibido em Zanzibar separar homem, mulher e filhos um do outro.^{xliii} Na AOA, os decretos e demais regulamentações que pautaram a questão escrava entre os anos de 1891-1904 foram os seguintes:

- ✓ Decreto governamental sobre a compra de escravos (1º/09/1891);
- ✓ Instrução sobre a penalidade em caso de tráfico de escravos (19/08/ 1896);
- ✓ Decreto governamental sobre a saída de “crianças e jovens de cor” (*unerwachsener Farbiger*) por via marítima (31/05/1899);
- ✓ Decreto imperial sobre a escravidão doméstica na AOA (29/11/1901);
- ✓ Circular do governo da AOA com medidas para o combate do tráfico de escravos (10/12/1902);
- ✓ Decreto imperial sobre a escravidão doméstica na AOA (24/12/1904)

Weidner coligiu dados para mostrar como o tráfico de escravos diminuiu drasticamente desde a presença alemã na África oriental e também como a manumissão antecipava o fim da escravidão na AOA. Com base na nova historiografia pode-se, igualmente, constatar que o tráfico declinou vertiginosamente e que a emancipação de escravos foi ascendente entre 1891 e 1912. Neste período, em torno de 50.000 emancipações foram acordadas oficialmente.^{xliv} Muitos certificados de emancipação (*Freibriefe*) foram por compra, seja com recursos do próprio escravo, de terceiros ou do senhor.^{xlv} Em geral, os registros coloniais acusam os motivos da emancipação (morte do senhor, liberdade concedida de acordo com o Ato de Bruxelas, por escravização indevida, etc). Cabe salientar que 5/7 das cartas de emancipação foram lavradas na região costeira.^{xlvi} Pode-se inferir que, além da desigual distribuição espacial dos escravos nos distritos coloniais, a urbanização da sociedade litorânea e a monetarização da sua economia tenham

concorrido para uma emancipação mais acentuada na costa do que no interior da AOA. O número de emancipações foi mais expressivo nos distritos costeiros.^{xlvi} Além disso, em regiões como Tanga e Pangani, vários escravos fugitivos de Zanzibar receberam alforria de acordo com o Ato de Bruxelas (art. 64).^{xlvi}

Mas muitos aspectos da escravidão foram omitidos como, por exemplo, o percentual recolhido pelo governo local (*Bezirksamt*) na transação de compra e venda nos distritos oficiais da AOA. Em Kilwa, o governo local recebeu 1,5% do valor da venda de quase mil escravos entre abril de 1911 e março de 1914.^{xlvi} Entre outros historiadores, Jan-Georg Deutsch salientou as brechas da regulamentação para eventuais litígios, as peculiaridades de cada distrito da AOA com relação à escravidão e o problema das fontes, ou seja, dos parques, incompletos e dúbios registros coloniais sobre a compra e venda de escravos. Aliás, a administração colonial não logrou controlar e registrar todo o comércio de escravos na vasta região que compreendia a AOA. Por isso, difícil também fazer estimativas para o volume de escravos vendidos anualmente fora do controle da supervisão do governo colonial de cada distrito.¹

O crescente número de emancipações oficiais permite supor um ganho significativo por parte dos governos locais, pois as cartas de emancipação tinham um preço que variava segundo o sexo e a idade.^{li} Como as condições do trabalho escravo e compulsório eram pouco discerníveis, cabe indagar quem ganhava com essas cartas de emancipação. Sobre isso, Weidner não teceu qualquer comentário. Também se esquivou em tratar a “escolha” do governo imperial em Berlim pela emancipação sem abolição cujas razões políticas e econômicas pareciam ser indispensáveis para o trabalho sob domínio colonial alemão.^{lii}

A política colonial também era dúbia em relação aos escravos fugitivos. Conforme testemunho de um oficial do distrito de Dar-es-Salaam, senhores e escravos não tinham idéia clara dos seus direitos e deveres.^{liii} Na costa havia uma concentração de escravos cuja origem era variada. Havia também muitos escravos fugitivos de Pemba e Zanzibar. Com o Ato de Bruxelas em vigor, a colônia alemã poderia representar para muitos escravos uma zona franca. Isso poderia vir a calhar para a economia colonial que enfrentava o problema da falta de mão-de-obra. A distinção entre trabalho escravo e livre era outro problema. Em seu estudo sobre a escravidão doméstica na África oriental, Fritz Weidner chegou a sugerir que a escravidão fosse transformada numa

escravidão por dívida, na qual o senhor passaria a ser o credor e o escravo em devedor. Nessa relação de trabalho, haveria vantagens para ambos os lados, segundo o autor.^{liv} Weidner estava consciente de que a questão escrava (*Sklavenfrage*) se confundia com a questão do trabalho (*Arbeitsfrage*), especialmente nas unidades de *plantations* da costa oriental.^{lv}

Se europeus e indianos não podiam ter escravos na colônia alemã, suas esposas nativas podiam ter escravos domésticos. Essa era uma forma indireta de ter serviçais escravos, principalmente em benefício dos indianos. Aliás, nativos e mesmo ex-escravos poderiam ter escravos na AOA, o que já era proibido em Zanzibar desde 1890.^{lvi}

Ao expor as medidas necessárias para terminar com a escravidão na AOA, Weidner deu pistas importantes para conjecturar algumas motivações à emancipação lenta e gradual. Afinal, a abolição poderia representar um colapso para a sociedade colonial e sua economia. Segundo o autor de *Hausklaverei in Ostafrika*, a circulação de mercadorias e o escoamento da produção agrícola se faziam sobre os ombros dos carregadores. Enquanto não houvesse alternativa para o transporte das mercadorias, os carregadores eram indispensáveis.^{lvii} As alianças políticas dos alemães com certos chefes locais também poderiam ficar comprometidas pela abolição já que em muitas comunidades a escravidão era uma instituição que pautava o prestígio, etc. Para Weidner, seriam necessárias medidas políticas e culturais como a escolarização para superar esses valores tradicionais.^{lviii}

Last but not least, a questão do trabalho deveria ser resolvida antes da abolição. Como Weidner compartilhava da idéia de que os negros eram indolentes e não gostavam de trabalhar, então, ele antevia um acirramento do problema de falta de mão-de-obra na AOA. Por isso, a transformação do escravo em trabalhador livre por meio de um “endividamento” foi proposta por Weidner; assim, não haveria “fuga de braços” da lavoura e de outros trabalhos. O autor ainda fez o adendo de que a tributação direta e indireta também tinha uma finalidade educativa sob o trabalhador emancipado.^{lix} Um período de trabalho obrigatório era também aconselhado como provava a experiência inglesa do “*apprenticeship*”.^{lx} Escusado lembrar que a forma contratualista de trabalho tolhia em muito a liberdade do empregado. Sem eufemismo, o trabalhador livre se tornava um semi-escravo.

Formas análogas à escravidão foram amplamente empregadas sob o domínio colonial europeu. Além disso, uma escravidão residual persistia em várias partes da África até a década de 1920. No Brasil, a “imprensa negra” repudiou a permanência da escravidão no continente africano.^{lxi} Porém, ela não tratou das ambigüidades do trabalho sob coação. Em 1930, a proibição da escravidão da Liga das Nações foi ampliada para incluir todas as formas de trabalho forçado.^{lxii} Mas na parte africana da “União Francesa” o fim do trabalho compulsório e da distinção entre cidadãos e súditos seria decretado apenas em 1946.^{lxiii}

Considerações finais

O estudo das ambigüidades do trabalho na África oriental sob domínio alemão (1885-1914) ajuda a esclarecer alguns efeitos práticos da política colonial alemã relativa à escravidão. Em primeiro lugar, a presença alemã desmantelou a rede de tráfico de escravos, comprometendo a viabilidade econômica de certos enclaves árabes como as plantações de cravo ou cana-de-açúcar em Zanzibar, Pangani, no vale do Rufiyi e em Mafia. Assim, a intervenção militar sob o comando de Wißmann seria o início da liquidação da concorrência árabe na África oriental. Para isso, os alemães tentaram impedir a reprodução de sua escravaria. Ao mesmo tempo, isso agradava os abolicionistas em Londres, Berlim e no Vaticano.

Desde o início do colonialismo alemão na África, a complacência das autoridades coloniais com a escravidão suscitou várias críticas, inclusive no parlamento alemão, onde os deputados August Bebel e Eugen Richter eram, entre outros, grandes oponentes à política colonial do II Reich. Fritz Weidner, no entanto, buscou dar subsídios históricos e políticos para a questão da escravidão na África oriental. Segundo o africanista Paul Reichard (*apud* Weidner), os negros desconheciam o valor da liberdade e, por isso também Weidner não via necessidade de abolir de chofre a escravidão.^{lxiv} Para ele, era necessário preparar social, cultural, política e economicamente a transição para o trabalho livre.^{lxv}

A tese emancipacionista venceu a abolicionista na África oriental sob domínio alemão. Se a abolição implicava em indenizações e, por conseguinte, custos ostensivos à administração colonial, a emancipação de cerca de 50.000 trabalhadores gerou avultado caixa aos birôs locais do governo colonial com a emissão de cartas de emancipação (*Freibriefe*). Cabe lembrar que a revolta Maji-Maji (1905/1906) custou a vida de 150.000 africanos.^{lxvi}

Em 1913, a África oriental sob domínio alemão tinha uma população total estimada em 7,5 milhões de habitantes, sendo que apenas algo em torno de 5.000 era o contingente de brancos.^{lxvii}

Durante o domínio colonial alemão na África oriental, o número de escravos era residual. No entanto, formas análogas à escravidão predominavam nas relações de trabalho na África colonial.

Além das autoridades coloniais, de fazendeiros e colonos brancos, muitos missionários, especialmente católicos, eram a favor da emancipação gradual, pois acreditavam que a inserção do africano enquanto trabalhador livre na sociedade colonial dependia de uma “educação para a liberdade”. Era necessária uma fase propedêutica para, enfim, conceder a liberdade ao escravo, um processo lento e gradual de transformação do trabalho escravo ao assalariado (*von Sklavenhaltung zur Lohnarbeit*). Essa ideologia se ajustava às dificuldades econômicas da AOA. Como sentenciou Weidner: *festina lente!* Mas a máxima de avançar lentamente era também grávida de ambigüidades.

ⁱ Henri Brunschwing e Henri Wesseling destacaram a influência da encíclica *In Plurimis*, de 05 de maio de 1888, para o apoio católico às pretensões coloniais de Bismarck. No entanto, ambos os historiadores não deram importância para a encíclica de 20 de junho. Cf. BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo Perspectiva 1993, p.53; WESSELING, Henri. *Le Partage de l’Afrique 1880-1914*. Paris : Denoël collec. Folio/Histoire, 1991, p.286.

ⁱⁱ WESSELING, H. *Op. cit.*, p. 285.

ⁱⁱⁱ Bismarck já havia obtido apoio britânico para participar da “partilha da África” em meados de 1884, poucos meses antes da abertura da Conferência de Berlim no final daquele ano. Cf. WESSELING, H. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p.366.

^{iv} WESSELING, Henri. *Op. cit.*, p.334.

^v ZÖLLER, Hugo. *Als Journalist und Forscher in Deutschlands Grosser Kolonialzeit*. Leipzig: Koeller & Amelang, 1930, p.294-318.

^{vi} Um documento montagem de imagens do major Wißmann (1853-1905) em oposição ao retrato do maior traficante de Zanzibar, Tippu Tip (1837 - 1905) com a legenda “Hermann von Wißmann befreite Deutsch-Ostafrika von der Sklaverei” se encontra no arquivo de imagem da Universidade de Frankfurt, sob o código CD/6264/3051/3193/6264_3051_3193_0021, Koloniale Bildarchiv - Datenbank der Universitätsbibliothek Frankfurt am Main. www.ub.bildarchiv-dkg.uni-frankfurt.de

^{vii} Para o caso do colonialismo português, especialmente em Moçambique, as ambigüidades do trabalho e as formas análogas à escravidão também foram objetos de vários estudos. Cf. THOMAZ, Omar R. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, UFRJ/Faperj, 2002, p.139-141; ZAMPARONI, Waldemir. De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007, p.149-153; CABAÇO, José L. Moçambique: Identidade, Colonialismo e Liberdade. São Paulo: UNESP, 2009, p.109-117.

^{viii} KÜRSCHNER, Joseph *et al.* *Deutschland und seine Kolonien; Wanderungen durch das Reich und seine überseeischen Besitzungen*, Berlim: H. Hilger, 1902.

^{ix} Sob a organização de Reimer Gronemeyer, o livro intitulado “O Negro Preguiçoso” aborda vários aspectos da violenta imposição das formas européias de trabalho na África austral. GRONEMEYER, R. (Hrg.) *Der faule Neger. Vom weissen Kreuzzug gegen den schwarzen Müssigang*. Hamburg: Rowohlt, 1991.

^x ZIMMERER, Jürgen. „Krieg, KZ und Völkermord in Südwestafrika. Der erste deutsche Genozid“, in: ZIMMERER, Jürgen; ZELLER, Joachim (Hrsg.): *Völkermord in Deutsch-Südwestafrika. Der Kolonialkrieg (1904–1908) in Namibia und seine Folgen*. Berlin: Links Verlag, 2004, p.45-63.

^{xi} ILLIFFE, John; *A Modern History of Tanganyika*. African Studies Series 25, Cambridge University Press, 1979, p.120; GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*. Stanford University Press, 1977, p. 145; WESSELING, H. *Le Partage de l’Afrique 1880-1914*. Denoël (Col. Folio/Histoire), 1991, p.288; DEUTSCH, Jan-Georg. *Emancipation without abolition in German East Africa, c.1884-1914*. Ohio University Press, 2006, p.216.

^{xii} ILIFFE, John. *Op. cit.*, p.133.

^{xiii} A frase literal de Wißmann foi a seguinte: „Hört der gute Einfluß des Europäers auf, so fällt der Neger schnell wieder in seine alte Trägheit und Sorglosigkeit zurück.“ WIßMANN, Hermann von. „Zur Behandlung des Negers“ in: *Afrika, Schilderungen und Ratschläge für den Dienst in den deutschen Schutzgebieten*, Berlin 1895.

^{xiv} COOPER, Frederick. Condições análogas à escravidão. Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África, in: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão*. Investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.211.

^{xv} BÜCKENDORF, Jutta. „Schwarz-Weiß-Rot über Ostafrika“. *Deutsche Kolonialpläne und afrikanische Realität*. Münster: LIT Verlag, 1997, p.295.

^{xvi} ILIFFE, John. *A Modern History of Tanganyika*, p.158.

^{xvii} GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*, p. 168.

^{xviii} RUDIN, Harry; *German in the Cameroons 1884-1914*. A Case Study in Modern Imperialism. New Haven : Yale Univ. Press, 1938.

^{xix} Para uma introdução às guerras e revoltas na África Alemã do Sudoeste e na África Alemã Oriental, ver a trilogia de Walter Nuhn. *Sturm über Südwest*. Bernard & Graefe, Koblenz 1989; *Flammen über Deutsch-Ostafrika*. Bernard & Graefe, Koblenz 1998; *Feind überall: Guerillakrieg in Südwest*. Bernard & Graefe, Koblenz 2000.

^{xx} Michel Foucault chamou a atenção para a etimologia da palavra disciplina como o chicote usado na flagelação.

^{xxi} MIßLER, Adolf. „Deutsch-Ostafrika“, in: KÜRSCHNER, Joseph *et al.* *Deutschland und seine Kolonien; Wanderungen durch das Reich und seine überseeischen Besitzungen*, Berlin: H. Hilger, 1902, p.488.

^{xxii} BRUNSCHWING, H. *Op. cit.*, p.45.

^{xxiii} WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Paris: Gallimard, 2009, p.364.

^{xxiv} Esse aspecto é tratado por Terence Ranger no capítulo « The Invention of Tradition in Colonial Africa », in: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Edited by) *The Invention of Tradition*, London: Cambridge University Press, 1992, p.211-262.

^{xxv} SCHINKE, Karl W. *Diário da África: o diário de um médico alemão na guerra dos hotentotes - Berichte aus Afrika: Tagebuch eines deutschen Arztes während des Hererokrieges*. (tradução Werner Schinke) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p.69-71.

^{xxvi} DEUTSCH, Jan-Georg. *Emancipation without abolition in German East Africa, c.1884-1914*. Ohio University Press, 2006, p.97.

^{xxvii} GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*. Stanford University Press, 1977, p. 162.

^{xxviii} ILIFFE, John. *Op. cit.*, p.163. Na imprensa teuto-brasileira foi noticiada ataques de leões nas proximidades de Dar-es-Salaam: *Fortschrift*, Santa Cruz (RS), 09/01/1904. CEDOC/UNISC; alguns anos depois, no distrito de Morogoro, leões atacaram nas cercanias de um hotel freqüentado por europeus: *Kolonie*, Santa Cruz (RS), 21/01/1908.CEDOC/UNISC.

^{xxix} *Idem.*, p.164

^{xxx} *Idem*, p.131.

^{xxxi} WEIDMEN, Fritz. *Die Haussklaverei in Ostafrika*. Jena: Fischer Verlag, 1915, p.135.

^{xxxii} DEUTSCH, Jan-Georg, *Op. cit.*, p.97.

^{xxxiii} Cf. GRUNDER, Hosrt. *Welteroberung und Christentum*. Gütersloh: Gerd Mohn, 1992, p. 334.

^{xxxiv} ILIFFE, John. *Op. cit.*, p. 157.

^{xxxv} *Idem*, p.152.

^{xxxvi} BECHER, Jürgen. *Dar Es Salaam, Tanga und Tabora: Stadtentwicklung in Tansania unter Deutscher Kolonialherrschaft (1885-1914)*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1997.

^{xxxvii} GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *Op. cit.*, p. 196.

^{xxxviii} WESSELING, Henri. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*. Gallimard, 2009, p.332-333; GANN, Lewis H.; DUIGNAN, Peter. *The rulers of German Africa, 1884-1914*, Stanford University Press, 1977, p. 170.

^{xxxix} *Denkschrift über die Haussklaverei in Deutsch-Ostafrika* (Reichstag), Berlin, 1914.

^{xl} WEIDNER, F. *Op. cit.*, p.133.

^{xli} *Idem*. p.134.

^{xlii} *Idem*, p. 135.

^{xliii} *Idem*, p. 154.

^{xliv} *Idem*, p.138.

^{xlvi} DEUTSCH, J.-G. *Op. cit.*, p.184-186

^{xlvi} WEIDNER, F. *Op. cit.*, p.140.

^{xlvi} DEUTSCH, J.-G., *Op. cit.*, p. 188.

^{xlvi} WEIDNER, *Op. cit.*, p.159.

^{xlvi} DEUTSCH, J.-G., *Op. cit.*, p.174

^l *Idem*, p.175.

^{li} DEUTSCH, J.-G., *Op.cit.*, p. 191.

^{lii} *Idem*, p.181.

^{liii} *Apud* Deutsch, J.-G., *Op. cit.*, p.181.

^{liv} WEIDNER, F. *Op. cit.*, p. 158.

^{lv} *Idem*, p.176.

^{lvi} *Idem*, p. 161.

^{lvii} *Idem*, p. 175.

^{lviii} *Idem*, p.173.

^{lix} *Idem*, p. 176.

^{lx} *Idem*, p. 177.

^{lxi} Algumas matérias como, por exemplo, do jornal *Getulino* (09/12/1923) sobre o tráfico de escravos africanos no Mar Vermelho e do jornal *Progresso* (24/03/1929) sobre o número de escravos na África, especialmente na Abissínia onde o status legal da escravidão seria abolido somente em 1942, acusam a preocupação da comunidade afro-brasileira com a sorte dos africanos.

^{lxii} LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.417. Ver também COOPER, F. *Op. cit.*, p.243-246.

^{lxiii} COOPER, F. *Op. cit.*, p.260-264.

^{lxiv} *Idem*, p.149.

^{lxv} *Idem*, p. 152.

^{lxvi} WESSELING, H. *Les empires coloniaux européens 1815-1919*, Gallimard, 2009, p.336.

^{lxvii} *Idem*, p.334-335.